

Arquiteturas da modernidade em risco: dois casos em Florianópolis

Luiz Eduardo Fontoura TEIXEIRA*, Guilherme Freitas GRAD^a

*Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Campus de São Carlos, 2009.
Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Rua Tulio de Oliveira 155 Armação Florianópolis SC 88066-292
fontourateixeira@gmail.com

^a Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Sul de Santa Catarina, Campus de
Tubarão.

Resumo

O artigo aborda o problema da preservação da arquitetura moderna em Florianópolis, Santa Catarina. A falta de conservação adequada e a ausência de legislação e ações específicas quanto ao patrimônio recente são discutidas. Dois exemplos são analisados, os Edifícios Mussi (já demolido) e Normandie (em estado precário) e sua qualidade compositiva e relevância local são colocadas. Fica evidenciada a necessidade de proteção legal e conservação desse legado moderno, modesto, mas típico da recepção da nova arquitetura no interior brasileiro.

Palavras-Chave: arquitetura moderna, patrimônio arquitetônico, Florianópolis.

Abstract

The paper addresses to the problem of preserving modern architecture in Florianópolis, Santa Catarina. The lack of an appropriate conservation and the absence of legislation and specific actions regarding the recent heritage are discussed. Two examples are analyzed, Mussi (now demolished) and Normandie (in poor condition) buildings and its compositional quality and local relevance are raised. The results showed a need for legal protection and preservation of that modern legacy, modest, but typical of the reception of the new architecture in Brazilian hinterland.

Key-words: modern architecture, architectural heritage, Florianópolis.

1. Introdução¹

As arquiteturas correspondentes a um ciclo da modernidade dos anos 1950/1960 (entendida essa modernidade como espacialização e ambiência urbana do processo de modernização) no Brasil têm sofrido, em sua conservação, vários problemas.

Se considerarmos, por exemplo, que o preço pago por ser vanguarda arquitetônica incluiu a prática empírica de uso de novos materiais e técnicas construtivas, em uma ruptura com a tradição, é evidente a precariedade dessas edificações. O mau trato do tempo e a falta de conservação adequada seriam então alguns dos principais fatores dessa precariedade, principalmente no interior brasileiro, longe das inovações técnicas.

Outro dado, de origem distinta, é a falta de estratégias (e conseqüente legislação concernente) de preservação dessa produção, particularmente a moderna, junto aos órgãos de defesa do patrimônio (nas três esferas do poder). Além disso se constata um certo desinteresse com essas edificações por parte do cidadão comum e de muitos arquitetos, que, em geral, não atribuem a essa arquitetura um caráter histórico – ou por serem relativamente recentes, ou por não se apresentarem como obras de exceção.

No caso de Florianópolis é bastante considerável a ameaça, representada pela especulação imobiliária na cidade, que alegando interesses em renovar a capital, vê nessas edificações a possibilidade real de demolições. Essas obras estão, em geral, localizadas em áreas de grande valor imobiliário, ocupando lotes centrais da península fundadora. Na iminência de aprovação de um novo Plano Diretor, mais restritivo quanto a gabaritos, uma verdadeira corrida contra o tempo tem sido entabulada, provocando (principalmente junto ao órgão municipal de controle – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) um acúmulo de pedidos de alvarás de demolição de edificações modernas (além de outras como algumas de expressão Art Déco) para aproveitamento de viabilidades construtivas, baseadas em Plano Diretor anterior.

Nessa desconsideração do valor histórico e plástico-construtivo, transparece também de certa forma, um preconceito contra essas arquiteturas, que no caso de Florianópolis, representam a chegada de novos tempos modernos à capital de um estado interiorano. Uma cidade com morfologia peculiar (onde a sede se localiza na parte insular) de pouca expressão econômica e produtiva e que recebeu, também de maneira peculiar, porque outorgada pelo estado, a modernidade.

¹ Esse artigo é resultante de parte da investigação sobre a produção de arquitetura moderna em Florianópolis, conforme pesquisa em andamento intitulada “Itinerários da Arquitetura Moderna na Região de Florianópolis”, no âmbito do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, a cargo dos professores doutores Luiz Eduardo Fontoura Teixeira (coordenador) e Gilberto Sarkis Yunes (ambos da UFSC) e do professor mestre Guilherme Freitas Grad (UNISUL).

2. O contexto cultural urbano da época

Florianópolis vivia no final da década de 1950, um segundo ciclo de modernidade², correspondendo localmente ao nacional-desenvolvimentismo brasileiro. Nesse contexto vivia-se a euforia da construção de Brasília e um apogeu da arquitetura moderna brasileira, com ampla visibilidade no exterior.

Uma arquitetura que, para além da introdução dos princípios estilístico-compositivos da vanguarda europeia, criou soluções próprias, adaptando os novos ditames arquitetônicos a aspectos da tradição brasileira, criando uma regionalidade notável. Isso foi registrado em textos de críticos como Siegfried Gideon³ e bastante divulgado em publicações técnicas de vários países.

Em Florianópolis, capital de um estado periférico à época, essa nova arquitetura se manifestou de forma pontual, muito pela ausência de arquitetos com formação universitária e pela própria economia da cidade, praticamente dependente dos recursos financeiros do Estado, em sua condição de capital.

Os principais investimentos privados se deram no comércio (já que a produção industrial era de pouco significado) onde novas atividades, como as ligadas a um turismo incipiente, começavam a surgir. Foi a época, por exemplo, da construção de cinemas, clubes sociais, hotéis, edifícios de escritórios, bem como a introdução de novas maneiras do morar urbano: o edifício de apartamentos.

A cidade na época não tinha arquitetos de formação modernista e a produção estava cargo de profissionais mais antigos como o arquiteto Tom Wildi (de origem suíça) e projetistas-construtores como Wolfgang Rau (também suíço) que, junto a seus vários associados, eram bastante ativos. A produção mais recente desses profissionais, no período em tela, se ressentia de um purismo estético, em função da sua formação e de peculiaridades da difusão e recepção das idéias modernas de arquitetura no interior do Brasil (e, portanto também em Florianópolis). Pode-se dizer de um sentimento de ser moderno, ou de querer sê-lo, mais do que de uma real possibilidade tectônica, no caso da arquitetura, de concretização de uma espacialização moderna. Isso explicaria uma produção de caráter híbrido (CASTRO, 2002), onde a nova arquitetura (moderna) se mesclaria a uma tradição construtiva. Resultados dessa ambigüidade seriam, por

² Se considerarmos que houve um primeiro ciclo de modernidade, nos anos 1930/1940, quando após a construção da ponte pênsil e da Avenida do Saneamento (ambas denominadas posteriormente de Hercílio Luz, em homenagem ao governador idealizador), a cidade viveu um peculiar processo de modernização.

³ “O Brasil encontra sua própria expressão com uma assombrosa rapidez.” (Siegfried Gideon, 1956 citado por MARTINS, 1999, p.132)

exemplo, uma timidez no lançamento estrutural (ocasionando hiper-dimensionamentos), o emprego de elementos decorativos no corpo edificado e valorização da fachada principal, sem maior destaque para a volumetria como um todo. Os lotes tradicionais da cidade (figurativa) receberiam essa nova arquitetura, dentro das limitações apontadas, mas configurando ainda assim uma ruptura formal e de escala, propondo uma verticalização incipiente do centro fundador.

Dois casos podem ser apontados em Florianópolis, como relevantes desse período, no âmbito também da discussão proposta de preservação e seus problemas.

3. Edifício Mussi (□1957 †2010)

O edifício Mussi, projeto de Wolfgang Rau (1916-2009), construído pela empresa Moellmann & Rau, foi um dos primeiros edifícios de apartamentos da região central da capital catarinense.

Na década de 1950, particularmente na segunda metade dessa, edifícios de quatro até oito pavimentos são construídos, em um processo de renovação urbana. Alguns antigos lotes, típicos da estrutura urbana colonial do centro, são amembrados e recebem novas edificações, transformando a paisagem da pacata capital do estado. (TEIXEIRA, 2009, p.309)

O edifício estava edificado em lote de meio de quadra, à rua Pres. Nereu Ramos, no lado noroeste da Praça XV (centro fundador). Sua posição, em fundo de perspectiva, à cavaleiro da rua transversal, tornava sua visualização estratégica, acentuando sua condição de modernidade arquitetônica, em meio aos prédios vizinhos.

3.1. A autoria do projeto arquitetônico

Rau, hábil projetista e construtor e notável aquarelista, participou criativamente do processo da modernidade em Santa Catarina, entre os anos de 1930 e 1970. Projetou e participou da construção de várias edificações, nos âmbitos estatal e privado, em um leque de vários programas arquitetônicos, onde se destacam os cinemas (como o Cine Marajoara em Lages, 1947, o Cine São José em Florianópolis, 1954 e o Cine Mussi em Laguna, década de 1940), igrejas de várias confissões, edifícios corporativos (como os edifícios Zahia e Dias Velho em Florianópolis, década de 1960) e de apartamentos (Ed. Dr. Accacio, Lages, 1947), clubes sociais (Sociedade Ginástica em Joinville, 1959 e Clube 29 em Tubarão, cerca 1950), edifícios estatais (como o Palácio das Secretarias, Florianópolis, 1955), lojas, monumentos e outros.

Sua formação de base eclética, levou Rau a projetar em várias linguagens, de vieses da modernidade Art Déco, Neocolonial e Racionalismo Clássico, a ecletismos como o

Neo-renascentista. Sua produção representa com qualidade o momento histórico do advento da modernidade em Santa Catarina, quando ainda não havia no estado arquitetos de formação acadêmica e a oferta de materiais e técnicas de construção modernos era incipiente. Rau evidenciava suas soluções em aquarelas com apelo estético a signos da modernidade como o automóvel, a mulher moderna e outros elementos compositivos para a apresentação de seus projetos.

3.2. A edificação

Para além de suas qualidades compositivas, como os pilares em “V” do térreo, configurando pilotis, suas sancas “wrightianas” de esquina na fachada principal, seus espaços internos, o edifício era um documento construído, representante do adensamento do centro fundador, da verticalização incipiente e do avanço da cidade em direção à Baía Norte, via Chácara de Espanha. A edificação também era exemplo da produção de uma empresa de Florianópolis (Moellman & Rau), responsável por obras como os já citados Edifício das Secretarias, cinema São José (hoje também em estado sofrível) e muitas outras, características da modernização dos espaços centrais da cidade.

O Edifício Mussi poderia ser caracterizado por esse hibridismo apontado por Castro (2002). Grades decorativas no corpo da balaustrada frontal que compunham com o vocabulário moderno dos já citados pilotis em “V”, além de uma cobertura em telhas cerâmicas parcialmente ocultas por platibanda, seriam alguns dos elementos compositivos dessa mescla entre tradição e moderno.

Sábado, 23 de outubro de 2010. Uma retro escavadeira pôs abaixo a fachada de um dos edifícios mais representativos de um ciclo da modernidade em Florianópolis.

A demolição, em nosso entender criminosa, porque ilegal⁴ e executada em um fim de semana, retirou da cidade mais um pedaço de sua história recente. Alegando

⁴ A autorização da Secretaria de Obras para a demolição do Edifício Mussi, desconsiderou duas leis municipais, que serviram de base para o embargo pelo Ministério Público. A Lei 6486/2004, que “altera e inclui dispositivos na Lei 1202/74”, determina que “Sem prévia autorização do SEPHAN, não será permitido, nas vizinhanças de um bem imóvel tombado, ou enquadrado nas categorias de preservação P1 ou P2, fazer obra, de qualquer espécie, que impeça ou reduza a visibilidade, sob pena de ser determinada a demolição da obra às expensas do proprietário e de lhe ser imposta multa de até R\$2.000,00 (dois mil reais)” e, em seu parágrafo primeiro, ressalta a necessidade do estudo prévio de impacto de vizinhança. (FLORIANÓPOLIS, 2004) Como o Edifício Mussi era vizinho de bem tombado – Igreja Luterana – caberia também a aplicação da Lei Complementar 154/2005 que “proíbe construções que possam interferir na visualização de edificações integrantes do patrimônio histórico, cultural e religioso do município de Florianópolis” dentro de um raio de 100 metros (FLORIANÓPOLIS, 2005).

desconhecimento de prerrogativa de embargo por parte do Ministério Público, a Secretaria de Obras municipal autorizou a derrubada da edificação. O centro da capital catarinense corre também o risco de receber, no lugar do Edifício Mussi, um edifício-garagem, sintomático desses novos tempos da banalização dos espaços centrais e da perda de sua identidade.

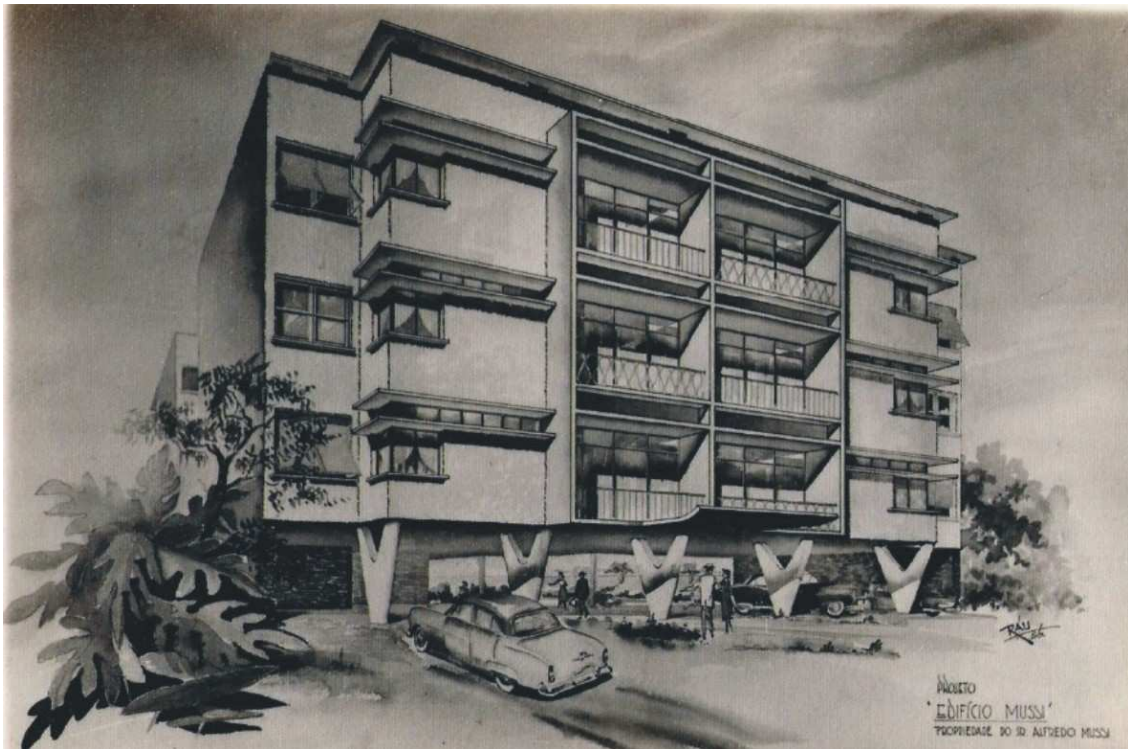


Figura 1: Aquarela de apresentação do Ed. Mussi, 1957. Fonte: Acervo da família Rau.



Figura 2: Edifício Mussi: fachada principal. Fonte: Dario de Almeida Prado, 2008.

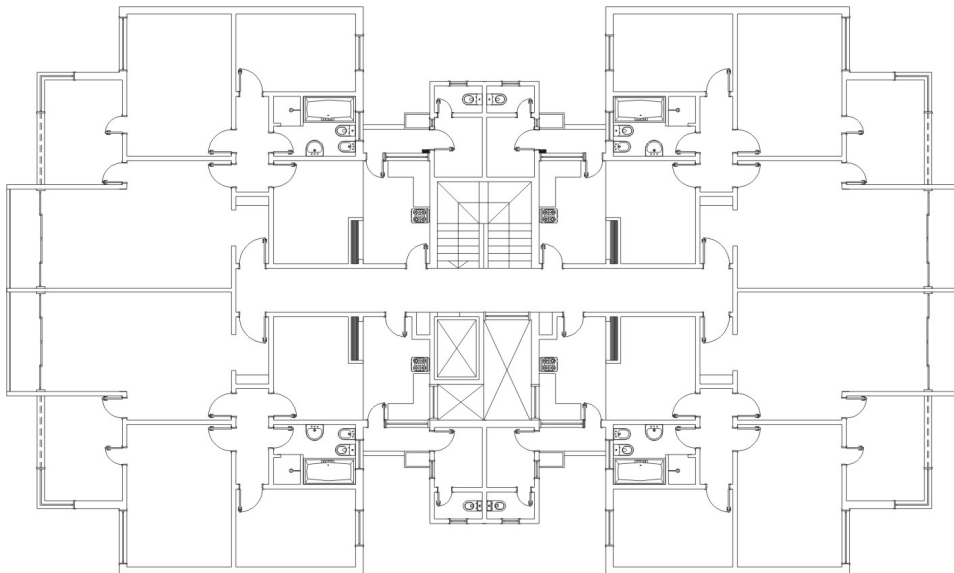


Figura 3: Edifício Mussi: planta baixa do pavimento tipo. Fonte: 11ºSR IPHAN.



Figura 4: Edifício Mussi: detalhe de elementos compositivos. Fonte: Dario de Almeida Prado, 2008.



Figura 5: Edifício Mussi: detalhe dos pilotis em "v". Fonte: Dario de Almeida Prado, 2008.

4. Edifício Normandie (1959 -1960)

A região continental de Florianópolis na época, particularmente as praias de Coqueiros, Bom Abrigo e outras, era o principal destino dos moradores e turistas, que procuravam balneários⁵. A proximidade com o centro fundador insular (acessado pela Ponte Hercílio Luz) e a balneabilidade das águas continentais na época, fez com que os bairros citados fossem ocupados principalmente por residências de final de semana. Esse processo acentuaria um uso basicamente de lazer para a região.

Nessa perspectiva, em fevereiro de 1959, a empresa Consórcio de Desenvolvimento Econômico SA, apoiada por vários e expressivos cotistas das elites da cidade, lançava o empreendimento que pretendia “embelezar a Copacabana de Florianópolis”⁶, o bairro de Coqueiros. Tratava-se da construção do Coqueiros Cassino Hotel, que seria administrado pela Companhia Osvaldo Machado de Hotéis.

4.1. A autoria do projeto arquitetônico

O programa de atividades do empreendimento contaria, além do Hotel, com um “luxuoso bar e restaurante, boate, salão de festas, salão de jogos, play-ground e serviço próprio de condução”⁷. Além disso, se pretendia também construir nas proximidades, um loteamento, o Jardim Residencial Coqueiros.

Para a execução do projeto arquitetônico foi contratado o arquiteto Roberto Félix Veronese de Porto Alegre, com escritório de projeção e professor do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Veronese fez parte da primeira turma de doze formandos em Arquitetura do Instituto de Belas Artes da UFRGS (1949) e era integrante da vanguarda sulista da nova arquitetura, defensora dos princípios arquitetônicos modernos e do uso de novas tecnologias construtivas.

⁵ Um empreendimento pioneiro, ao norte da Ilha de Santa Catarina, região insular de Florianópolis, marcou por outro lado o início do processo efetivo de balnearização da cidade, que se tornaria adiante (e hoje em dia) um dos vetores econômicos de Florianópolis. Esse balneário, denominado Loteamento Praia do Forte (Jurerê), projetado com consultoria de Oscar Niemeyer (1957), constitui ainda referência em termos de desenho urbano ambientalmente interessante.

⁶ Conforme nota assinada por Nicolau Apóstolo, no jornal O Estado (fevereiro de 1959).

⁷ Conforme anúncio publicitário veiculado no jornal A Gazeta, de 01 de março de 1959 (p.5).

Essa arquitetura (moderna) propunha, segundo esses arquitetos, entre outras idéias compositivas, uma “preocupação com a modulação funcional-estrutural”⁸, o uso de pilotis no pavimento térreo, conferindo elegância e leveza à edificação, levantando-a do chão, e uma definição por blocos de composição bem definidos como unidades.

O arquiteto trabalhou com vários colegas de renome da época, como Emil Bered, com quem projetou pelo menos dois edifícios de apartamentos notáveis pela qualidade, como o Edifício Linck (1952) e o Santa Terezinha (1954), ambos em Porto Alegre⁹.

Veronese também participou na década de 1960, em projetos urbanos, como a “Cidade Industrial de Porto Alegre” com o urbanista Edvaldo Pereira Paiva e o arquiteto Marcos David Heckman, propondo espaços habitacionais em meio a super-quadras (1961). Outro projeto importante em que trabalhou, juntamente com Emil Bered e Luís Fernando Corona, foi o da sede corporativa da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) na capital gaúcha (1964).

O conjunto de seu trabalho e as associações com arquitetos da primeira linha modernista gaúcha, resultantes em obras arquitetônicas de qualidade, o leva a ser considerado como importante referência no cenário cultural moderno do sul brasileiro.

4.2. Características plástico-constructivas da edificação

Originalmente projetado para ser um hotel (com possíveis instalações de um cassino), a arquitetura do Edifício Normandie se caracteriza, em termos de volumetria, por configurar um bloco único (barra), paralelo à rua.

Essa implantação frontal, que possibilita uma ampla visão da orla marítima, coloca o prédio em posição mais próxima à frente do terreno, liberando o restante do lote, possivelmente para futura construção dos demais equipamentos originalmente previstos.

Composto por quatro pavimentos, o volume apresenta uma variação de alturas no interior da caixa compositiva, inclusive com pilotis altos em duplo pé direito (marcando uma passagem à esquerda para o fundo do terreno), e conferindo certa leveza ao todo arquitetônico. Esses pilotis são parte do vocabulário da arquitetura modernista brasileira (herança das vanguardas européias), originalmente presentes na obra seminal e arquetípica do Ministério de Educação e Saúde (1936/1945), projeto de Lúcio Costa e equipe, no Rio de Janeiro. A difusão dessa nova formulação constructiva, que se propunha a liberar o pavimento térreo para uso coletivo (espaço coberto-aberto), pelo

⁸ Ver STRÖHER, Eneida Ripoll, in “Emil Bered: Seis edifícios”. *Arquitexto*, revista do Departamento de Arquitetura e do PROPAR, UFRGS – v.1, n. zero (2000) – Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 2000, p.70.

⁹ Idem, p. 61.

Brasil afora, chegou assim a Florianópolis. Foi caracterizada assim, de forma evidente, uma ruptura com as práticas construtivas tradicionais (da parede sobre parede, por exemplo) da arquitetura presente até então na cidade. Não se trata somente de novas tecnologias (como o uso do concreto armado para estruturas independentes), mas sim de uma inédita proposta compositiva, que se valia dessa nova técnica para sugerir uma ocupação diferenciada do solo urbano.

A fachada principal também obedece aos preceitos modernos, com amplo e horizontal descortinar de aberturas (*fenêtre a longuer*), marcadas por requadro saliente (nos dois últimos pavimentos), o que confere uma movimentação à face frontal da edificação.

Outro elemento a destacar, por sua sutileza compositiva, é uma pequena parede em curva no térreo, protegendo uma das entradas e aludindo à contraposição entre formas retas e curvas, típica do moderno.

A divisão dos compartimentos internos (habitações) configura pequenos ambientes, certamente destinados inicialmente a quartos do hotel. Isso explicaria também a ausência de áreas de serviço nos apartamentos.

As características gerais da arquitetura do Edifício Normandie (e sua autoria), conferem a ele um destaque na paisagem do lugar, diferenciando-se das demais edificações e marcando na cidade marinha a presença de uma nova e exuberante arquitetura brasileira, a moderna.



Figura 6: Edifício Normandie: fachada principal. Fonte: Marina Cañas Martins, 2011.



Figura 7: Edifício Normandie e sua ambiência. Fonte: Marina Cañas Martins, 2011.



Figura 8: Edifício Normandie: detalhe da fachada e pilotis. Fonte: Marina Cañas Martins, 2011.

5. Considerações Finais

Poderíamos afirmar que essas arquiteturas não são somente diferentes das tradicionais, mas se configuram como um exemplo de um novo modo de ocupação do solo urbano, em termos de escala e inserção na paisagem. Em nosso entender, sua preservação imediata é importante, necessária e estratégica. Principalmente em tempos de rápidas e irreversíveis transformações urbanas geradas pela especulação imobiliária em Florianópolis (alvo do momento), uma movimentação no sentido da preservação é absolutamente imprescindível, por parte do poder público e instituições concernentes. Há em curso um início de debate em torno da questão, envolvendo a Universidade Federal, a Superintendência Regional do IPHAN, a Fundação Catarinense de Cultura e o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Esperamos que essa iniciativa resulte em algo positivo e que os demais exemplares de arquitetura moderna na cidade não tenham o mesmo destino do Edifício Mussi.

6. Referências bibliográficas

CASTRO, Eloah Rocha Monteiro de. **Jogo de formas híbridas. Arquitetura e modernidade em Florianópolis.** Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História Cultural). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

FLORIANÓPOLIS. **Lei 6486/2004.** Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. IPUF, PMF, 2004.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Complementar 154/2005.** Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. IPUF, PMF, 2005.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. “Há algo de irracional...”. Notas sobre a historiografia da arquitetura brasileira (1999). In: GUERRA, Abílio (org.). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira: v.2.** São Paulo: Romano Guerra Editora, 2010.

STRÖHER, Eneida Ripoll. **Emil Bered: Seis edifícios.** In: *Arquitexto*, revista do Departamento de Arquitetura e do PROPAR, UFRGS – v.1, n. zero (2000) – Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 2000.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Arquitetura e cidade; a modernidade (possível) em Florianópolis 1930-1960.** São Carlos, 2009. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.